

AVANÇO DAS COTAS E DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Por mais que se tenha ressalvas com relação às cotas, em especial as étnicas ou raciais, é impossível ao observador isento deixar de ver que elas estão operando notável transformação no corpo discente das universidades públicas que as adotaram. Graças a elas, agora já se pode encontrar, por exemplo, estudantes negros em cursos de Medicina, nos quais o ingresso de não-brancos era simplesmente inimaginável até poucos anos antes. A quantidade de alunos indígenas da Universidade Estadual da Bahia (Uneb) também impressiona: no vestibular de 2008 foram aprovados nada menos do que 163 candidatos oriundos dos povos originários. Sem falar nos 1.818 candidatos negros que ingressaram na instituição neste ano, igualmente beneficiados pelas cotas.

As cotas avançam no sistema público de ensino superior, embora não sejam majoritárias. Estão presentes em 39 universidades públicas, inclusive 20 das 53 federais. Outras oito públicas adotam políticas afirmativas por meio de bonificação, entre elas Unicamp e USP. Das federais, 29 deixam de adotar qualquer tipo de política de inclusão, situação em que também se encontra a Unesp.

Nossos repórteres mapearam os sistemas de cotas e demais políticas afirmativas existentes em parcela expressiva das instituições públicas de ensino superior do país, apontaram as diferenças de recorte e de critérios, levantaram dados. Verificaram que importantes universidades escamoteiam o debate. Evitam democratizar o acesso, refugiando-se no surrado discurso da defesa do “mérito”.

A propósito, uma das constatações da reportagem merece destaque: o ingresso de cotistas e demais beneficiários de políticas afirmativas, longe de fazer baixar a qualidade dos cursos que os acolhem (como se alegou às vezes), tem contribuído para elevá-la, segundo os indicadores usuais das universidades. O desempenho acadêmico destes universitários — sejam os autodeclarados negros ou indígenas, sejam os demais egressos da rede pública de ensino médio — tem sido tão bom quanto o de seus colegas admitidos pelo sistema universal. Diante dessa evidência, como sustentar a tese da supremacia do “mérito”?

Ainda nesta edição, como complemento que enriquece a reportagem sobre as cotas, trazemos um debate sobre o Includ, publicando artigos em que procuramos contemplar, além do entendimento da Reitoria, outras visões existentes no corpo docente da USP.

Os sem-emprego

A política nacional de pós-graduação implantada pelo governo FHC e mantida, nos seus aspectos essenciais, pelo governo Lula, continua sendo apresentada como um êxito. O Brasil forma cerca de 10 mil doutores por ano, e o rigor com que a Capes avalia programas e pesquisadores, bem como o brutal encurtamento dos prazos, são dados como indispensáveis a esta estratégia supostamente vitoriosa.

Resolvemos mostrar o que ocorre ao final desta “linha de produção de doutores”: o beco sem saída em que logo se vêem os recém doutores, que ou disputam e conquistam as poucas vagas disponíveis nas universidades públicas, ou são obrigados a submeter-se a péssimas condições de trabalho nas instituições privadas (que a Capes e o MEC insistem em não enxergar). Para tanto, saímos a campo em São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, importantes pólos universitários.

Também discutem a questão dois artigos. Um terceiro, representando o ponto de vista da Capes, deixa de ser publicado: dois meses depois de aceitar convite para redigi-lo, o professor Jorge Guimarães, presidente da agência, avisou que não mais o faria.

Conselho Editorial: correção importante

Por erro do Editor, ao tratar das mudanças na composição da Comissão Editorial da *Revista Adusp*, a edição 42 omitiu os nomes de dois dos seus novos integrantes: os professores Benedito Honório Machado (FMRP) e Décio Crisol Donha (EP). Fica assim corrigido o esquecimento.

O Editor